

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	137.154.799
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>137.154.799</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.002.484	823.129
1.01	Ativo Circulante	25.500	18.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.911	9.117
1.01.03	Contas a Receber	7.635	7.468
1.01.03.01	Clientes	311	311
1.01.03.01.01	Contas a Receber - Parte Relacionadas	311	311
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.324	7.157
1.01.04	Estoques	113	65
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.344	274
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.344	274
1.01.07	Despesas Antecipadas	289	840
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.208	1.193
1.01.08.03	Outros	1.208	1.193
1.02	Ativo Não Circulante	976.984	804.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.953	14.140
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.652	11.813
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	12.652	11.813
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.301	2.327
1.02.03	Imobilizado	1.539	1.545
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.539	1.545
1.02.04	Intangível	944.336	775.063
1.02.04.01	Intangíveis	944.336	775.063
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	944.336	775.063
1.02.05	Diferido	12.156	13.424

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.002.484	823.129
2.01	Passivo Circulante	108.365	92.435
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.459	4.364
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.459	4.364
2.01.02	Fornecedores	12.774	12.560
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.774	12.560
2.01.02.01.01	Fornecedores	8.111	8.581
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	4.663	3.979
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.424	3.056
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.564	1.430
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46	276
2.01.03.01.02	Outros tributos federais	1.518	1.154
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.860	1.626
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.840	21.364
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.871	21.395
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.871	21.395
2.01.04.02	Debêntures	-31	-31
2.01.05	Outras Obrigações	49.125	35.564
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	38.913	23.213
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	28.651	17.798
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.262	5.415
2.01.05.02	Outros	10.212	12.351
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	4.215
2.01.05.02.04	Taxa de fiscalização	319	302
2.01.05.02.05	Adiantamentos de seguros	7.707	7.707
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.186	127
2.01.06	Provisões	15.743	15.527
2.01.06.02	Outras Provisões	15.743	15.527
2.01.06.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	15.743	15.527
2.02	Passivo Não Circulante	657.474	547.971
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	460.162	420.104
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	435.785	397.054
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	435.785	397.054
2.02.01.02	Debêntures	24.377	23.050
2.02.02	Outras Obrigações	162.519	100.418
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	162.519	100.418
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	162.519	100.418
2.02.03	Tributos Diferidos	2.274	410
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.274	410
2.02.04	Provisões	32.519	27.039
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.100	277
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.100	277
2.02.04.02	Outras Provisões	29.419	26.762
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	29.419	26.346
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	0	416
2.03	Patrimônio Líquido	236.645	182.723

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	184.289	130.074
2.03.04	Reservas de Lucros	52.356	52.649

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	118.437	239.436	94.420	178.333
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104.354	-211.874	-80.616	-148.232
3.03	Resultado Bruto	14.083	27.562	13.804	30.101
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.662	-11.497	-4.168	-7.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.662	-11.497	-4.168	-7.505
3.04.02.01	Despesas admnsitrativas	-6.264	-10.891	-3.954	-7.093
3.04.02.02	Remuneração da administração	-398	-606	-214	-412
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.421	16.065	9.636	22.596
3.06	Resultado Financeiro	-7.208	-14.356	-5.238	-10.450
3.06.01	Receitas Financeiras	1.050	1.702	648	1.105
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.258	-16.058	-5.886	-11.555
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	213	1.709	4.398	12.146
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68	-2.002	-1.336	-3.999
3.08.01	Corrente	754	-138	-1.205	-3.917
3.08.02	Diferido	-822	-1.864	-131	-82
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	145	-293	3.062	8.147
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	145	-293	3.062	8.147
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00113	-0,00239	0,03110	0,08275
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00113	-0,00239	0,03110	0,08275

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	145	-293	3.062	8.147
4.03	Resultado Abrangente do Período	145	-293	3.062	8.147

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.137	21.476
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.884	35.173
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	-293	8.147
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.072	8.082
6.01.01.03	Provisão para manutenção em rodovias	2.475	7.064
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.864	82
6.01.01.05	Despesas de juros, líquidas de receitas	2.917	7.789
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	851	1.002
6.01.01.07	Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.823	535
6.01.01.08	Despesas de juros com partes relacionadas	8.175	2.472
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.747	-13.697
6.01.02.01	Contas a receber	-167	-328
6.01.02.02	Contas s receber partes relacionadas	0	2
6.01.02.03	Estoques	-48	20
6.01.02.04	Despesas antecipadas	551	560
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-1.070	7
6.01.02.06	Outros ativos	-3.989	-2.186
6.01.02.07	Fornecedores	-14.292	2.860
6.01.02.08	Transações com partes relacionadas	10.839	-1.031
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	95	634
6.01.02.10	Obrigações fiscais	1.239	3.768
6.01.02.11	IRPJ e CSLL pagos	-871	-3.546
6.01.02.12	Cauções contratuais	684	573
6.01.02.13	Juros pagos	-15.798	-11.605
6.01.02.14	Adiantamentos de seguros	0	-3.000
6.01.02.15	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	0	-319
6.01.02.16	Outros passivos	2.080	-106
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-155.586	-109.336
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-221	-129
6.02.02	Adições ao intangível	-154.526	-109.430
6.02.03	Aumento (redução) nos depósitos vinculados	-839	223
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	152.243	92.842
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	52.544	56.602
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-10.301	-8.760
6.03.03	Aumento de capital	50.000	45.000
6.03.04	Empréstimo de mutuos	60.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.794	4.982
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.117	21.770
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.911	26.752



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	130.074	0	52.649	0	0	182.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.074	0	52.649	0	0	182.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	54.215	0	0	0	0	54.215
5.04.01	Aumentos de Capital	54.215	0	0	0	0	54.215
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-293	0	-293
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-293	0	-293
5.07	Saldos Finais	184.289	0	52.649	-293	0	236.645

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	79.968	0	39.115	0	0	119.083
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	79.968	0	39.115	0	0	119.083
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.106	0	0	0	0	50.106
5.04.01	Aumentos de Capital	50.106	0	0	0	0	50.106
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.147	0	8.147
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.147	0	8.147
5.07	Saldos Finais	130.074	0	39.115	8.147	0	177.336

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	246.586	185.093
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	78.458	77.058
7.01.02	Outras Receitas	168.128	108.035
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	167.989	106.860
7.01.02.02	Receitas acessórias	139	1.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.784	-137.341
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.944	-20.368
7.02.04	Outros	-173.840	-116.973
7.02.04.01	Custos da concessão	-3.377	-3.049
7.02.04.02	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-2.474	-7.064
7.02.04.03	Custos dos serviços de construção	-167.989	-106.860
7.03	Valor Adicionado Bruto	45.802	47.752
7.04	Retenções	-11.072	-8.082
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.072	-8.082
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	34.730	39.670
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.657	5.002
7.06.02	Receitas Financeiras	1.702	1.105
7.06.03	Outros	10.955	3.897
7.06.03.01	Juros capitalizados	10.955	3.897
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.387	44.672
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.387	44.672
7.08.01	Pessoal	10.014	8.964
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.880	7.030
7.08.01.02	Benefícios	1.665	1.504
7.08.01.03	F.G.T.S.	469	430
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.693	12.130
7.08.02.01	Federais	6.564	8.226
7.08.02.03	Municipais	4.129	3.904
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.798	12.959
7.08.03.01	Juros	4.969	7.717
7.08.03.03	Outras	13.829	5.242
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	2.874	1.345
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	10.955	3.897
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-293	8.147
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-293	8.147
7.08.05	Outros	8.175	2.472
7.08.05.01	Juros partes relacionadas	8.175	2.472

## Comentário do Desempenho

---



**São Gonçalo-RJ, 06 de agosto de 2014** – A Concessionária Autopista Fluminense S/A comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2014 (2T14), findo em 30 de junho de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

### COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

#### Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 2T14 o tráfego pedagiado foi de 11.849 mil veículos equivalentes. Em relação ao 2T13 o tráfego foi maior em 2,4% e em relação ao 1T14 houve um acréscimo de 4,3%. Esse crescimento acompanhou o desempenho da atividade econômica nacional e regional.

#### Receita Operacional Bruta

- No 2T14 a Autopista Fluminense obteve uma receita operacional bruta de R\$ 121,9 milhões contra R\$ 97,4 milhões do 2T13. A receita bruta de pedágio registrou um acréscimo de 5,5% em comparação ao mesmo período de 2013 (R\$ 40,3 milhões x R\$ 38,2 milhões). O principal motivo da variação registrada na receita operacional bruta se deve ao reajuste tarifário ocorrido em fevereiro de 2014 e ao valor das Receitas de Obras registradas nos períodos, que resultou, essencialmente, do maior volume de obras executadas.

#### Custos e Despesas

- Os custos e despesas operacionais aumentaram 30,5% em relação ao 2T13. O Custo dos Serviços Prestados ficou em 13,9% acima (R\$ 15,7 milhões x R\$ 13,8 milhões); Despesas Administrativas com um aumento de 58,8% (R\$ 6,2 milhões x R\$ 3,9 milhões) e Custo dos Serviços de Construção que ficou 38,0% acima ante o 2T13 em função do maior volume de obras executadas nesse período, sendo a contrapartida dos mesmos valores considerados como Receita de Obras (item anterior R\$ 81,5 milhões x R\$ 59,1 milhões), anulando assim o efeito sobre o resultado da Companhia (aplicação do ICPC 01).

#### EBITDA e EBITDA Ajustado

- A Companhia registrou EBITDA de R\$ 13,2 milhões no 2T14, contra R\$ 13,8 milhões apresentado no 2T13, sensibilizado principalmente pelo aumento nos custos e despesas, e considerando a provisão de R\$ 1,3 milhões para manutenção de rodovias, conforme Interpretação Técnica ICPC 01.
- O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos da provisão de manutenção de rodovias advinda da adoção do ICPC01, encerrou o 2T14 em R\$ 14,5 milhões, com redução de 16,5% em relação ao 2T13. Essa variação foi gerada, principalmente, pelos maiores custos registrados no período e a provisão de dois processos administrativos emitidos pelo órgão regulador ANTT.

## Comentário do Desempenho

### Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido do 2T14 foi negativo em R\$ 7,2 milhões, decorrente principalmente dos juros sobre o empréstimo com o BNDES, pelos juros sobre mútuos com a controladora e debêntures. No 2T13 o resultado financeiro líquido também foi negativo em R\$ 5,2 milhões.

### Lucro/ Prejuízo Líquido

- A Autopista Fluminense obteve no 2T14 um lucro de R\$ 145 mil contra um lucro registrado no 2T13 de R\$ 3,1 milhões, resultado que é justificado principalmente pelos maiores custos registrados no período.

### Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 2T14 em R\$ 483,0 milhões, ante R\$ 357,7 milhões registrado no 2T13, devido às liberações de subcréditos do empréstimo de longo prazo contratado junto ao BNDES e aquisição de Debêntures junto à instituição financeira "Agente fiduciário" Pentágono S.A. distribuidora de títulos e valores mobiliários a primeira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos e ao provisionamento de juros e encargos sobre essas liberações. Já o endividamento líquido encerrou 2T14 em R\$ 453,0 milhões contra R\$ 330,9 milhões do 2T13 devido também às liberações do empréstimo com o BNDES.

### Investimentos

- No 2T14, foram investidos R\$ 82.650 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão. Entre os principais investimentos realizados, cabe destacar as seguintes obras: duplicação da BR-101/RJ, entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, Km 190 ao 261 e a terceira faixa da Avenida do Contorno; recuperação do pavimento da rodovia; construção de passarelas e implantação de pórticos, pontos de ônibus e iluminação pública.

### ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
Fluminense	11.849	11.359	11.577	4,3%	2,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>121.935</b>	<b>128.831</b>	<b>97.355</b>	<b>-5,4%</b>	<b>25,2%</b>
Receitas de pedágio	40.322	42.316	38.203	-4,7%	5,5%
Receitas de obras	81.544	86.445	59.081	-5,7%	38,0%
Receitas acessórias	69	70	71	-1,4%	-2,8%
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(3.498)</b>	<b>(3.652)</b>	<b>(2.935)</b>	<b>-4,2%</b>	<b>19,2%</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>118.437</b>	<b>125.179</b>	<b>94.420</b>	<b>-5,4%</b>	<b>25,4%</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>				<b>-5,5%</b>	<b>30,5%</b>

## Comentário do Desempenho

	<b>(105.197)</b>	<b>(111.275)</b>	<b>(80.624)</b>		
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(15.769)	(14.615)	(13.843)	7,9%	13,9%
Custo dos serv. de construção	(81.544)	(86.445)	(59.081)	-5,7%	38,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.237)	(8.781)	(3.927)	-29,0%	58,8%
Remuneração da administração	(398)	(208)	(214)	91,3%	86,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(1.249)	(1.226)	(3.559)	1,9%	-64,9%
<b>EBITDA</b>	<b>13.240</b>	<b>13.904</b>	<b>13.796</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-4,0%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<i>11,2%</i>	<i>11,1%</i>	<i>14,6%</i>		
<b>DEPRECIações E AMORTIZações</b>	<b>(5.819)</b>	<b>(5.253)</b>	<b>(4.160)</b>	<b>10,8%</b>	<b>39,9%</b>
Depreciação de imobilizado	(27)	(27)	(27)	0,0%	0,0%
Amortização do intangível	(5.158)	(4.592)	(3.499)	12,3%	47,4%
Amortização do diferido	(634)	(634)	(634)	0,0%	0,0%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(7.208)</b>	<b>(7.155)</b>	<b>(5.238)</b>	<b>0,7%</b>	<b>37,6%</b>
Receitas financeiras	1.050	652	648	61,0%	62,0%
Despesas financeiras	(8.258)	(7.807)	(5.886)	5,8%	40,3%
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>213</b>	<b>1.496</b>	<b>4.398</b>	<b>-85,8%</b>	<b>-95,2%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(68)</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(1.336)</b>	<b>-96,5%</b>	<b>-94,9%</b>
Corrente	754	(892)	(1.205)	-184,5%	-162,6%
Diferido	(822)	(1.042)	(131)	-21,1%	527,5%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>145</b>	<b>(438)</b>	<b>3.062</b>	<b>-133,1%</b>	<b>-95,3%</b>

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	2T14	1T14	2T13	Var% 2T14/1T14	Var% 2T14/2T13
<b>EBITDA <sup>1</sup></b>	<b>13.240</b>	<b>13.904</b>	<b>13.796</b>	<b>-4,8%</b>	<b>-4,0%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.249	1.226	3.559	1,9%	-64,9%
<b>EBITDA Ajustado <sup>2</sup></b>	<b>14.489</b>	<b>15.130</b>	<b>17.355</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-16,5%</b>

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Concessionária Autopista Fluminense S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* [www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").

## Notas Explicativas

### AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida São Gonçalo nº 100 - Unidade 101. Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ -, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 06 de agosto de 2014.

#### 2. CONCESSÕES

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2014 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$2.665 na data-base da concessão. A partir de 30 de junho de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$49.753 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2014, os montantes de R\$360.803 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$418.311 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

## Notas Explicativas

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	15.897	15.711
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>15.743</u>	<u>15.527</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>154</u>	<u>184</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	-	418
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	=	<u>416</u>
Efeito do ajuste a valor presente	=	<u>2</u>
 Provisão para manutenção em rodovias - real	37.632	32.496
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>29.419</u>	<u>26.346</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>8.213</u>	<u>6.150</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.



**Notas Explicativas****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	3.665	1.676
Aplicações financeiras (*)	<u>11.246</u>	<u>7.441</u>
Total	<u>14.911</u>	<u>9.117</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,40% da variação do CDI no período.

**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	7.173	6.724
Cupons de pedágio a receber	-	363
Cartões de pedágio a receber	89	58
Receitas acessórias a receber	<u>62</u>	<u>12</u>
Total	<u>7.324</u>	<u>7.157</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 25c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	(1.186)	(1.895)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	(3.100)	(277)
Outras provisões	-	(93)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b):		
Provisão para manutenção	(29.419)	(26.346)
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	45.291	34.314
Ajuste dos encargos financeiros	(4.501)	(4.249)
Estorno de capitalização de juros	<u>(397)</u>	<u>(248)</u>
Base de cálculo	<u>6.688</u>	<u>1.206</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>2.274</u>	<u>410</u>

## Notas Explicativas

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

### Passivo não circulante

2015 (após junho)	45
2016	94
2017	98
2018	102
Após 2019	<u>1.935</u>
	<u>2.274</u>

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

### BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

**Notas Explicativas**

Em 30 de junho de 2014 o saldo é de R\$12.652 e em 31 de dezembro de 2013 era de R\$11.813, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100,40% da variação do CDI.

## Notas Explicativas

### 9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2014 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2013	514	479	9	587	931	2.520
Adições	15	75	-	7	31	128
Saldo em 30.06.2014	529	554	9	594	962	2.648
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(182)	(244)	(9)	(246)	(294)	(975)
Depreciações	(25)	(42)	-	(29)	(38)	(134)
Saldo em 30.06.2014	<u>(207)</u>	<u>(286)</u>	<u>9</u>	<u>(275)</u>	<u>(332)</u>	<u>(1.109)</u>
<u>Imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2013	332	235	-	341	636	1.545
Saldo em 30.06.2014	322	268	-	319	630	1.539
Taxas de depreciação - %	3,7	20	20	10	10	-

## Notas Explicativas

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2014 é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2013	503.740	698	311.170	82	815.690
Adições	41.842	84	136.763	255	178.944
Transferências/Reclassificações	<u>43.646</u>	-	<u>(43.545)</u>	<u>-101</u>	-
Saldo em 30.06.2014	589.228	782	404.388	236	994.634
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(40.289)	(338)	-	-	(40.627)
Amortizações	<u>(9.617)</u>	<u>(54)</u>	-	-	<u>(9.671)</u>
Saldo em 30.06.2014	(49.906)	(392)	-	-	(50.298)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	463.451	360	311.170	82	775.063
Saldo em 30.06.2014	539.322	390	404.388	236	944.336
Taxas anuais de amortização - %	3,6	20	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

**Notas Explicativas****11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.496	4.496
Consumo	4.298	4.298
Custos contratuais da concessão	3.549	3.549
Depreciações e amortizações	80	80
Conservação da rodovia	10.847	10.847
Serviços de terceiros	1.207	1.207
Tributários	1.240	1.240
Resultados financeiros	(351)	(351)
Outros gastos	<u>(12)</u>	<u>(12)</u>
Amortização acumulada	<u>(13.197)</u>	<u>(11.930)</u>
	<u>12.156</u>	<u>13.424</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES)			
(a)	TJLP + 2,45% a.a.	22.871	21.395
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES)			
(a)	TJLP + 2,45% a.a.	435.785	397.054

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Em 30 de junho de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

**Notas Explicativas**

<u>Ano de vencimento</u>	R\$
2015 (após junho)	11.656
2016	28.674
2017	35.075
2018	37.704
Após 2019	<u>322.676</u>
	<u>435.785</u>

Em 30 de junho de 2014 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**13. DEBÊNTURES**

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>30.06.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	2.250	CDI + 1,04% a.a.	04/07/2015	-	24.377	-	23.065
Custo de transação				(31)	-	(31)	(15)
Total				(31)	24.377	(31)	23.050

(a) 1ª emissão de debêntures de 3 de outubro de 2013 com valor real unitário em R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª Emissão	04.10.13	24.377	08.10.13	22.500

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e adiantamentos de debêntures", arquivado na CVM.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

### 14. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2014, o saldo de R\$8.111 (R\$8.581 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.



**Notas Explicativas****15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(d)	<u>311</u>	<u>311</u>
Total	<u>311</u>	<u>311</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	10.262	5.415
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(c)	27.114	17.177
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.(c)	1.270	-
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	267	621
Dividendos propostos:		
Arteris S.A.	-	<u>4.215</u>
Total	<u>38.913</u>	<u>27.428</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	<u>162.519</u>	<u>100.418</u>
Total	<u>162.519</u>	<u>100.418</u>

**Notas Explicativas**

Contas de Resultado:	<u>SEMESTRE</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A (a) (e)	-	8.175	-	2.472
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>2.180</u>	<u>-</u>	<u>738</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.180</u>	<u>8.175</u>	<u>738</u>	<u>2.472</u>

  

Contas de Resultado:	<u>TRIMESTRE</u>			
	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A (a) (e)	-	4.526	-	1.301
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	<u>1.142</u>	<u>-</u>	<u>689</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.142</u>	<u>4.526</u>	<u>689</u>	<u>1.301</u>

Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuindo baseando-se na receita das empresas do Grupo.

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (e) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2014 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

**Notas Explicativas**

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.268	4.675
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	9.000	5.822	5.160
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	6.000	3.849	3.409
27/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	7.000	4.408	3.898
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	5.000	3.126	2.763
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.942	4.364
13/09/2013	Setembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	18.000	1.415	496
18/12/2013	Dezembro de 2016	CDI + 1,7% a.a.	20.000	1.064	68
15/01/2014	Janeiro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	20.000	891	-
10/02/2014	Fevereiro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	20.000	749	-
15/05/2014	Fevereiro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	20.000	247	-
			<u>141.000</u>	<u>31.781</u>	<u>24.833</u>

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade reconheceu o montante de R\$606 (R\$412 em 30 de junho de 2013), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.186 e R\$1.895.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

## Notas Explicativas

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

### 16. PROVISÕES

#### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>30.06.2014</u>
Cíveis	277	3.176	(366)	3.087
Trabalhistas	-	15	(2)	13
Total	<u>277</u>	<u>3.191</u>	<u>(368)</u>	<u>3.100</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$637 em 30 de junho de 2014 (R\$657 em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$2.839 milhões referente a autos de infrações por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$6.301 (R\$2.327 em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$3.918 milhões, ações em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais

## Notas Explicativas

autos apresentaram fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2014 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	Circulante	Não Circulante	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	15.527	26.346	416
Adições	-	2.475	-
Utilizações	(453)	-	-
Ajuste a valor presente	253	598	-
Transferências	<u>416</u>	<u>-</u>	<u>(416)</u>
Saldos em 30.06.2014	<u>15.743</u>	<u>29.419</u>	<u>=</u>

### 17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 30 de junho de 2014 o saldo de R\$7.707 (R\$ 7.707 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a indenizações do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 30 de junho de 2014 é de R\$184.289 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$130.074. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2014, estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	30.06.2014	
		Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A	137.154.799	137.154.799	100,00

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 25 de fevereiro de 2014 o aumento de capital social em dinheiro no

## Notas Explicativas

valor de R\$15.000, passando o capital social a R\$ 145.074, dividido em 114.446.091 ações ordinárias, com a emissão de 8.700.696 novas ações.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 16 de abril de 2014, o aumento do capital no valor de R\$4.215, mediante a emissão de 2.445.134 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com o saldo de dividendos declarados no balanço findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 20 de maio de 2014, A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 5.778.532 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 13 de junho de 2013, o aumento do capital social em dinheiro, no valor de R\$25.000, mediante a emissão de 14.485.042 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

### Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## 19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	40.322	78.458	38.203	77.058
Receita de serviços de construção	81.544	167.989	59.081	106.860
Outras receitas	<u>69</u>	<u>139</u>	<u>71</u>	<u>1.175</u>
	<u>121.935</u>	<u>246.586</u>	<u>97.355</u>	<u>185.093</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

**Notas Explicativas**

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	121.935	246.586	97.355	185.093
ISSQN	(2.014)	(4.129)	(1.930)	(3.905)
PIS	(264)	(538)	(251)	(508)
COFINS	(1.220)	(2.483)	(1.161)	(2347)
Outras deduções	-	-	407	(0)
Receita líquida	<u>118.437</u>	<u>239.436</u>	<u>94.420</u>	<u>178.333</u>

**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custo de construção	(81.544)	(167.989)	(59.081)	(106.860)
Com pessoal	(3.910)	(7.373)	(3.612)	(6.817)
Serviços de terceiros	(4.175)	(8.157)	(3.829)	(7.172)
Depreciação / amortização	(5.792)	(11.018)	(4.133)	(8.028)
Seguros / garantias	(380)	(1.130)	(655)	(1.253)
Conservação	(4.892)	(8.844)	(3.511)	(6.680)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.249)	(2.475)	(3.559)	(7.064)
Taxa fiscalização	(957)	(1.897)	(906)	(1.795)
Outros	<u>(1.455)</u>	<u>(2.991)</u>	<u>(1.330)</u>	<u>(2.563)</u>
Total	<u>(104.354)</u>	<u>(211.874)</u>	<u>(80.616)</u>	<u>(148.232)</u>

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	(1.562)	(3.622)	(1.752)	(3.091)
Serviços de terceiros	(903)	(1.885)	(767)	(1.664)
Depreciação / amortização	(27)	(54)	(27)	(54)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.186)	(2.823)	(538)	(535)
Consumo	(299)	(757)	(84)	(162)
Transporte	(115)	(253)	(93)	(182)
Outros	<u>(1.172)</u>	<u>(1.497)</u>	<u>(693)</u>	<u>(1.405)</u>
Total	<u>(6.264)</u>	<u>(10.891)</u>	<u>(3.954)</u>	<u>(7.093)</u>

**Notas Explicativas****21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	981	1.631	648	1.102
Outras receitas	<u>69</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>3</u>
Total receitas	<u>1.050</u>	<u>1.702</u>	<u>648</u>	<u>1.105</u>

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(7.459)	(14.451)	(5.185)	(10.189)
Ajuste a valor presente	(414)	(850)	(518)	(1.002)
Outras despesas	<u>(385)</u>	<u>(757)</u>	<u>(183)</u>	<u>(364)</u>
Total despesas	<u>(8.258)</u>	<u>(16.058)</u>	<u>(5.886)</u>	<u>(11.555)</u>

**22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>30.06.2014</u>	<u>30.06.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	13.370	(4.268)
Integralização de Capital	4.215	5.106
Juros capitalizados	10.955	3.897

**23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213	1.709	4.398	12.146
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de	(73)	(581)	(1.495)	(4.130)



## Notas Explicativas

acordo com a alíquota vigente combinada

Ajustes para a alíquota efetiva:

Outros ajustes	<u>5</u>	<u>(1.421)</u>	<u>159</u>	<u>131</u>
Despesa contabilizada	<u>(68)</u>	<u>(2.002)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(3.999)</u>

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes	754	(138)	(1.205)	(3.917)
Diferidos	(822)	(1.864)	(131)	(82)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Até a conclusão das informações trimestrais de 30 de junho de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

## 24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>30.06.2014</u>		<u>30.06.2013</u>	
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (Prejuízo) do período	145	(293)	3.062	8.147
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>128.179.979</u>	<u>122.566.786</u>	<u>98.456.776</u>	<u>98.456.776</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,00113</u>	<u>(0,00239)</u>	<u>0,03110</u>	<u>0,08275</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

## Notas Explicativas

### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detêm instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	17.368	9.117
Contas a receber	7.324	7.157
Aplicações financeiras	12.652	11.813
Partes relacionadas	311	311

**Notas Explicativas**

Outras contas a receber	1.208	1.193
-------------------------	-------	-------

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	12.774	12.560
Empréstimos e financiamentos	458.656	418.449
Debêntures	24.346	23.019
Partes relacionadas	201.432	127.846
Outras contas a pagar	2.186	127

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a Incorrer(*)	(20.749)	(25.348)	(16.149)	(29.948)
Receita de aplicações Financeiras	916	1.119	713	1.322
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,5%
Juros A incorrer(*)	(32.523)	(37.784)	(27.261)	(43.046)
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(53.272)</u>	<u>(63.132)</u>	<u>(43.410)</u>	<u>(72.994)</u>

## Notas Explicativas

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

### c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$4.716 e R\$6.724, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
-------------------	---	-------------	-------------	-------------	-------------	----------------------	--------------

## Notas Explicativas

Debêntures	12,34	-	24.377	-	-	-	24.377
BNDDES Automático	7,45	<u>12.089</u>	<u>23.155</u>	<u>28.923</u>	<u>35.324</u>	<u>363.317</u>	<u>462.808</u>
Total		<u>12.089</u>	<u>14.532</u>	<u>28.923</u>	<u>35.324</u>	<u>363.317</u>	<u>487.185</u>

### 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*) Responsabilidade civil	160.000 40.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	74.369
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

AUTOPISTA FLUMINENSE S/A

Informações trimestrais (ITR)

em 30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Fluminense S/A

São Gonçalo - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fluminense S/A (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Gonçalo, 06 de agosto de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RJ

Paulo Sérgio Tufani Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 – S - RJ Contador CRC 1 SP 139268/O-6 – S - RJ

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado Conselho Fiscal.



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras trimestrais relativas ao segundo trimestre de 2014 findo em 30 de junho de 2014.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Na qualidade de Diretores da Concessionária Autopista Fluminense S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no relatório da revisão especial da BDO RCS Auditores Independentes.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Odílio de Jesus Ferreira

Diretor Superintendente